Conflitos socioambientais envolvendo comunidades tradicionais e grandes projetos de desenvolvimento nas regiões do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo de 2013 a 2018: balanço por meio de fontes judiciais, administrativas e mídia eletrônica

landra Moretti*, Mariana Miggiolaro Chaguri

Resumo

A presente pesquisa identificou, mapeou e analisou as dinâmicas dos conflitos socioambientais do Litoral Norte do Estado de São Paulo, em face de grandes empreendimentos e projetos de desenvolvimento em curso e/ou programados, para o período de 2013 a 2018. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica acerca do tema, coleta dos casos em sites jurídicos e de organizações não governamentais voltadas para os conflitos socioambientais na região, além de portais de notícias locais. Evidenciou-se, assim, os principais atores, empreendimentos e dinâmicas presentes.

Palavras-chave:

Conflitos Socioambientais, Comunidades Tradicionais, Projetos de Desenvolvimento.

Introdução

A categoria *meio ambiente* é constantemente perpassada por projetos políticos que expressam diferentes sentidos socioculturais e interesses em disputa. Tal categoria, portanto, torna-se objeto da política e se vincula profundamente à noção de *conflito*, o que permite compreender a natureza não como externa à sociedade, mas como parte da disputa entre diferentes projetos, formas de apropriação e usos simbólicos do espaço. Nesse sentido, a pesquisa resgatou a bibliografia acerca das noções de *meio ambiente* e *conflitos socioambientais* com enfoque nos projetos de desenvolvimento na região do Litoral Norte do Estado de São Paulo*, a qual abrange as cidades de São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba e Ilhabela, e também com enfoque na diversidade de atores denominados *comunidades tradicionais*: quilombolas, indígenas, caiçaras e pescadores artesanais. Tendo como objetivo a sistematização dos conflitos ocorridos na região no período de 2013 a 2018.

Resultados e Discussão

Foi realizado o acompanhamento de mídias eletrônicas locais, de organizações e movimentos sociais, assim como, de documentos jurídicos localizados no Tribunal de Justiça de São Paulo. Houve a produção de *clippings* (breves dossiês) que permitiram a sistematização dos conflitos em um banco de dados e a produção de tabelas e gráficos que auxiliaram nas análises realizadas.

A partir disso, foi possível constatar a multiplicidade de demandas e formas de conflitos, assim como, os diversos atores tanto no âmbito estatal, empresarial quanto jurídico, e as próprias comunidades tradicionais organizadas ou não em movimentos, que atuam nestas dinâmicas conflitivas, produzindo diversas maneiras de atuar politicamente.

Os conflitos foram categorizados em *violência contra a pessoa*, *violência contra a comunidade*, *atos ou manifestações*, *destruição de benfeitorias ou patrimônio*, *despejo*, *expulsão*, *divergência com órgãos oficiais*, *divergências com empresas*, *processos de vulnerabilização*, *proibição do uso tradicional do território* e *violação de direitos políticos*.

Por meio das fontes mencionadas, registraram-se 52 casos de conflitos no ano de 2013 a 2018.

*Devido ao parecer acerca da extensão da pesquisa e ao difícil acesso às fontes, o Vale do Paraíba não foi incluído nas análises. A pesquisa centrou-se, assim, somente no Litoral Norte do Estado de São Paulo.

Gráfico 1.

Gráfico 2.

Conclusões

Os dados obtidos revelam que a maior parte dos conflitos foram *atos, manifestações, denúncias e outras formas de reivindicação* e *processos de vulnerabilização*. As duas categorias de conflito se mostram articuladas entre si, já que grande parte das denúncias e reivindicações se deram frente a estes processos de vulnerabilização: falta de energia elétrica, de saneamento básico e de fornecimento de água, proibição de usos tradicionais da mata etc. Soma-se a isto, processos de expropriação ligados à intensificação da especulação imobiliária. As análises qualitativas também evidenciaram como diversas destas dinâmicas conflitivas giram em torno dos projetos de *modernização ecológica*, dado que eles não frearam ou mesmo acirraram a expulsão da população local de suas terras, a inviabilização da pesca, da caça, dos roçados e da reprodução dos modos de vidas de comunidades tradicionais.